



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01.015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.015/2026 - DL

**PREÂMBULO:**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ- CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Ilídio Sampaio nº 2071, Centro, Icó/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 06.737.977/0001-72, torna público que, realizará Contratação Direta por Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, Regime de Execução: Empreitada por Preço Global, nos termos artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021; as exigências estabelecidas neste Aviso, Termo de Referência e seus anexos, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a manifestação de eventuais interessados em participar do presente processo em busca da administração obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA DO AVISO DE DISPENSA:	28/07/2026
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:	30/07/2026, até as 17:00 Horas
DATA DE JULGAMENTO PROPOSTAS:	31/07/2026, até as 09:00 Horas
FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA:	As propostas deverão ser encaminhadas para o email camaraicolicita@gmail.com , de acordo com a Lei 14.133/2021;

Por tratar-se de licitação com base na condição prevista no art. 176 parágrafo único da Lei 14.133/21 o meio para publicidade desse instrumento será a imprensa oficial da Câmara através da fixação no flanelógrafo com sua divulgação no sitio oficial da Câmara, disponível em: <https://www.camaraico.ce.gov.br/>

1.0 –DO OBJETO:

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E SOM PARA USO NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ/CE.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ-CE

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 – Anexo I - Termo de Referência;

1.2.2 – Anexo II - Minuta da Proposta;

1.2.3 – Anexo III - Declarações

1.2.4 – Anexo IV – Minuta do Contrato

2.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de proposta de preços e documentos de habilitação pelo link disponível no site da Câmara Municipal de Icó, na aba Transparência, em seguida nos botões: “Licitações” -> “Contratação Direta – Lei 14.133/2021”, o envio será pelo email <camaraicolicita@gmail.com>.

**2.1.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**

2.1.2. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.1.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.4. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.1.5. As Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
- c) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas;
- d) Inidôneos - Licitantes Inidôneos junto ao TCU;

2.2. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.4. sociedades cooperativas.

3.0 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em Dotação



Orçamentariaprópria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Icó/CE, para exercício de 2026:

Classificação: 01.01.031.0001.2.001.0000 – Ação Legislativa

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4.0 – DO VALOR ESTIMADO:

4.1. - O valor global estimado para contratação será de R\$ 56.232,58 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	METOD OLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Plug XLR Canon 03 pinos fêmea, solda placa (PCI), 180°, fixação em painel.	20	Média	49,00	980,00
2	Plug Conector XLR tipo fêmea niquelado.	30	Média	51,00	1.530,00
3	Plug Conector XLR tipo macho niquelado.	30	Média	50,33	1.509,90
4	Multicabo de 06 vias para ligações/interligações estéreo, fabricado em liga de cobre OFHC (isento de oxigênio), bitola de 0,20 mm² (24 AWG), estanhado.	40	Média	58,00	2.320,00
5	Cabo de áudio estéreo tipo Philips, impedância de 50 Ohms, blindagem trançada, bitola de 2 x 0,18 mm².	200	Média	10,00	2.000,00
6	Microfone de mesa Gooseneck CSR D-48, tipo Condenser, padrão polar cardioide, sensibilidade -40 (+2 dB), resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, impedância de 75 Ohms, alimentação 3 Vdc (2 pilhas AA) ou Phantom 48 V, tamanho 46 cm, peso 1,18 kg.	16	Média	975,00	15.600,00
7	Caixa acústica ativa vertical com suporte de parede vertical 404X, cor preta, potência RMS 120 W (4 Ohms), potência musical 240 W, 4 alto-falantes de 4", 1 driver de titânio, resposta de frequência de 100 Hz a 18 kHz, ângulo de cobertura 60° x 60°, impedância nominal de 4 Ohms.	6	Média	3.617,67	21.706,02
8	Medusa em metal com 6 furações XLR (sem conectores) para multicabo e 1 prensa-cabo em nylon.	1	Média	368,33	368,33
9	Console de mixagem com 24 canais, 24 entradas de insert, entradas para microfone e linha, equalização por canal, saídas principais +4 dBu, saída máxima 22 dBu, resposta de frequência conforme especificação técnica.	1	Média	10.218,33	10.218,33
TOTAL GERAL					R\$ 56.232,58



VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 56.232,58 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

5.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. A presente ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, as propostas de preços e os respectivos documentos deverão ser encaminhadas pelo email disponível: [<camaraicolicita@gmail.com>](mailto:camaraicolicita@gmail.com) no site da Câmara Municipal de Icó, na aba Transparência.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

- 6.1. Apresentada em original, por cópia simples ou sendo aceita a autenticação digital.
- 6.2. A proponente deverá apresentar documentos de habilitação na forma prevista no Anexo I – Termo de Referência, **após solicitação feita pelo Agente de Contratação por e-mail, no caso de sua oferta aceita pelo menor preço apresentado.**
- 6.3. O(A) Agente de Contratação solicitará ao proponente da Proposta de Menor Preço que, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, envie os Documentos de Habilitação, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso de contratação direta e já apresentados.

6.4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 6.4.1.1. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora, o Contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação:
- a) **NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) **Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c) **NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;
 - d) **NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS:** decreto de autorização expedido pelo órgão competente; Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
 - e) **NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;
 - f) **NO CASO DE COOPERATIVA:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



g) Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

h) . CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF, de Sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei.

6.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

d) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

e) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade – CRF;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

6.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE) dos 02(dois) últimos exercícios fiscais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos **Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário** - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.4.4. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física em data não superior a 30 (trinta) dias. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**6.4.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Apresentação de no mínimo **01 (um) Atestado de Capacidade Técnica** de serviços prestados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta dispensa, expedida por entidade pública ou privada, usuária do serviço em questão, comprovando a execução do objeto, conforme Termo de Referência. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, CPF e RG, estando às informações sujeitas à conferência pelo(a) Agente de Contratação ou quem este indicar. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.

6.4.6. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS:

- a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;
- b) Declaração expressa de Idoneidade, conforme modelo constante dos Anexos.
- c) Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, de acordo com a Lei Complementar 123/2006, se for o caso, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (A ausência desta declaração não implicará em inabilitação).

7.0. PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela sua desclassificação.

7.1.1. O valor proposto pelas licitantes para execução dos serviços não poderá ultrapassar o valor do orçamento do Câmara Municipal de Icó- CE previsto no item 4.1. do edital.

7.1.2. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada ou digitada, devidamente assinada, rubricada em todas as suas páginas, devendo conter no mínimo:

a) A indicação da razão social da licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo, e-mail e telefone que deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para assinatura do contrato.

b) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

c) As Propostas de Preços serão consideradas de acordo com os Anexos deste Edital, por LOTE/ITEM, conforme o caso, expressa em Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços



necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção dos serviços.

d) Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo o(a) Agente de Contratação(a) proceder às correções necessárias.

e) Deverão ser informados além dos preços unitários e totais, os seus respectivos valores por extenso.

f) A proposta de preços deverá ainda estar assinada por representante, legalmente constituído para tal fim;

g) A proposta de preços terá validade mínima de *60 (sessenta) dias*, a contar da data da abertura do envelope, sendo este considerado como válido, no caso de omissão.

h) As cotações de preços apresentadas inicialmente, terão caráter de propostas de preços e caso nenhuma proposta complementar com valor menor seja apresentada, aquela cotação com menor valor, será considerada a proposta vencedora.

7.1.3. Ocorrendo divergência na proposta entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e entre o algarismo e extenso, prevalecerá o extenso. Não será permitido alterar valor da proposta por erro, sendo o mesmo desclassificado.

7.1.4. Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

7.1.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

7.1.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos serviços e as condições de participação, competição, julgamento e formalização da dispensa, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável lei 14.133/21.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.3.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se



referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.0. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada o prazo para recebimentos das propostas de preços, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a que apresentou o menor preço, quanto à adequação do objeto, à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, bem como os documentos de habilitação apresentados.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, será declarada desclassificada e verificada pela ordem de classificação o segundo lugar e assim sucessivamente até a proposta atender a todas as condições do edital.

8.3. Em qualquer caso, concluída tal fase, o resultado será registrado no Resultado de Julgamento do procedimento da dispensa.

8.4. Estando o preço compatível, sendo o menor entre os pesquisados, será analisado os documentos de habilitação e, se necessário de documentos complementares, conforme o caso.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9.0 – DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021.

9.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

9.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Poderá o Município de Icó revogar o presente processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



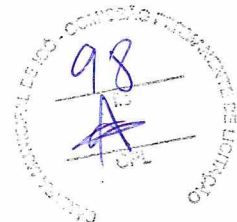
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

A casa do povo icóense

- 10.2. Câmara Municipal de Icó deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 10.3. A anulação do presente procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no art. 149 da Lei Federal no 14.133/21.
- 10.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência desta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, mediante solicitação do proponente e aceito pela Câmara Municipal de Icó.

Icó/CE em 27 de junho de 2026.



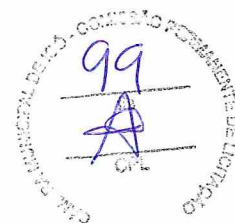
Alexandre Alisson Lima da Silva
Alexandre Alisson Lima da Silva
Agente de contratação



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

A casa do povo icóense



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA**CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ - COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO
100
A**OBJETO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E SOM PARA USO NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ/CE.

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de áudio e som para uso no plenário da câmara municipal de icó/ce., compreendendo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, acessórios e componentes necessários, bem como a execução dos serviços especializados de instalação, montagem, interligação, configuração, testes operacionais, ajustes técnicos e entrega do sistema em pleno funcionamento, visando atender às necessidades das atividades legislativas, administrativas e institucionais desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal.

A solução deverá ser entregue de forma integrada, contemplando todas as etapas necessárias para que o sistema de sonorização opere com elevado padrão de qualidade, confiabilidade, segurança e desempenho, garantindo perfeita compatibilidade entre todos os equipamentos fornecidos e adequada utilização da infraestrutura existente nas dependências da Câmara Municipal.

1.1 MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade compatível com a natureza do objeto e com o valor estimado da contratação, observando integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade e interesse público.

Considerando que os equipamentos e serviços acessórios de instalação possuem especificações técnicas objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado, a contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, acompanhada de serviços acessórios indispensáveis à plena execução do objeto, possibilitando ampla competitividade entre empresas especializadas e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A futura contratação observará, ainda, as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, garantindo compatibilidade entre a solução escolhida, as necessidades da Câmara Municipal de Icó/CE e o adequado planejamento da contratação pública.



2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização da infraestrutura de sonorização utilizada pela Câmara Municipal de Icó/CE, considerando que o adequado funcionamento do sistema de áudio constitui requisito indispensável para a realização das sessões plenárias, audiências públicas, reuniões das comissões, solenidades oficiais, eventos institucionais e demais atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal.

A qualidade do sistema de sonorização influencia diretamente a comunicação entre vereadores, servidores, autoridades e cidadãos, sendo essencial para assegurar clareza na reprodução das falas, inteligibilidade das manifestações realizadas durante as sessões, publicidade dos atos oficiais e transparência das atividades legislativas. A utilização de equipamentos modernos, corretamente dimensionados e instalados por empresa especializada contribuirá para eliminar falhas operacionais, ruídos, interferências e limitações técnicas que possam comprometer o regular funcionamento das atividades institucionais.

Com a implementação da solução pretendida, a Administração busca:

- modernizar integralmente o sistema de sonorização do Plenário;
- proporcionar maior qualidade na captação, processamento e reprodução do áudio;
- garantir perfeita integração entre todos os equipamentos que compõem o sistema;
- reduzir falhas operacionais e interrupções durante as sessões legislativas;
- aumentar a confiabilidade, a estabilidade e a vida útil da infraestrutura de áudio;
- assegurar melhores condições para gravação, transmissão e acompanhamento das sessões;
- fortalecer os princípios da transparência, publicidade e eficiência administrativa;
- proporcionar melhores condições de trabalho para vereadores, servidores e colaboradores.

Além disso, a contratação permitirá maior padronização tecnológica, redução de custos futuros com adaptações e manutenção decorrentes de instalações inadequadas, maior segurança operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ATIVIDADES**

A empresa contratada deverá fornecer solução completa para modernização do sistema de sonorização da Câmara Municipal de Icó/CE, responsabilizando-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais, acessórios e serviços necessários à perfeita execução do objeto.

Os serviços compreenderão, no mínimo:

- fornecimento dos equipamentos de áudio constantes das especificações técnicas do Termo de Referência;
- fornecimento de conectores, cabeamento, medusas, suportes e demais materiais indispensáveis à instalação;
- montagem e instalação física de todos os equipamentos;
- organização técnica da infraestrutura de cabeamento;
- interligação completa entre todos os componentes do sistema;
- configuração da mesa de som e dos equipamentos eletrônicos;
- regulação e equalização do sistema de áudio;
- realização de testes individuais e integrados de funcionamento;
- correção de eventuais incompatibilidades identificadas durante os testes;
- entrega do sistema plenamente operacional;
- fornecimento de garantia dos equipamentos e dos serviços executados.

Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer indício de remanufatura, recondicionamento ou reutilização, devendo possuir padrão de qualidade compatível com as especificações exigidas pela Administração.

4. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E EIXOS DE ATUAÇÃO

A execução contratual será realizada de forma integrada, compreendendo todas as etapas necessárias para entrega definitiva do sistema de sonorização em perfeito funcionamento.

4.1 Eixo I – Fornecimento dos Equipamentos:

Compreende o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e acessórios especificados neste Termo de Referência, incluindo mesa de som, microfones, caixas acústicas, conectores, multicabos, medusas, cabeamento e demais componentes necessários ao funcionamento do sistema.

**4.2 Eixo II – Instalação da Infraestrutura:**

Compreende a montagem da infraestrutura necessária ao funcionamento do sistema, incluindo instalação física dos equipamentos, passagem e organização técnica do cabeamento, montagem dos acessórios, interligação entre os componentes e adequações indispensáveis à perfeita execução da solução.

4.3 Eixo III – Configuração e Ajustes Técnicos:

Compreende a configuração eletrônica dos equipamentos, programação da mesa de som, regulação dos níveis de áudio, equalização do sistema, ajustes técnicos e parametrizações necessárias para obtenção da melhor qualidade sonora.

4.4 Eixo IV – Testes Operacionais e Comissionamento:

Compreende a realização de testes individuais e integrados de todos os equipamentos, verificação da qualidade sonora, eliminação de ruídos e interferências, validação da estabilidade operacional do sistema e demonstração do pleno funcionamento perante a fiscalização da Câmara Municipal.

4.5 Eixo V – Garantia e Assistência Técnica:

Compreende a prestação de garantia dos equipamentos fornecidos e dos serviços executados, bem como atendimento técnico durante o período de garantia para correção de eventuais falhas decorrentes de defeitos de fabricação ou da instalação realizada pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5. LOCAL DE EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA

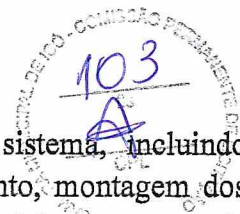
Os equipamentos serão entregues e instalados nas dependências da Câmara Municipal de Icó/CE, especialmente no Plenário e demais ambientes indicados pela Administração, observando as condições técnicas existentes e as necessidades operacionais do Poder Legislativo.

A abrangência da contratação compreende o fornecimento integral da solução, incluindo transporte, descarregamento, instalação, montagem, configuração, testes operacionais, ajustes técnicos e entrega definitiva do sistema em pleno funcionamento.

6. PRODUTOS ESPERADOS (ENTREGÁVEIS)

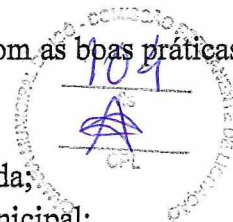
Ao final da execução contratual, deverão ser entregues, no mínimo:

- sistema de sonorização completamente instalado e em perfeito funcionamento;
- todos os equipamentos previstos nas especificações técnicas devidamente instalados;





- infraestrutura de cabeamento organizada, identificada e em conformidade com as boas práticas técnicas;
- sistema integralmente configurado, equalizado e testado;
- equipamentos plenamente compatíveis entre si e operando de forma integrada;
- testes operacionais concluídos e aprovados pela fiscalização da Câmara Municipal;
- manuais técnicos, certificados de garantia e demais documentos fornecidos pelos fabricantes;
- garantia dos equipamentos e dos serviços de instalação, nos prazos estabelecidos contratualmente;
- Termo de Recebimento Provisório e, após a verificação do pleno atendimento das especificações técnicas, Termo de Recebimento Definitivo, emitidos pela Administração.



7. ESTIMATIVA DO PREÇO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em observância ao disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, utilizando como metodologia a coleta direta de propostas comerciais junto a fornecedores especializados no fornecimento e instalação de sistemas profissionais de sonorização, cujas atividades sejam compatíveis com o objeto pretendido.

PREÇO TOTAL: R\$ 56.232,58 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

A adoção dessa metodologia mostra-se adequada à natureza da contratação, considerando que a solução pretendida contempla o fornecimento integrado de equipamentos de áudio, materiais complementares, acessórios, infraestrutura de cabeamento, instalação, configuração, equalização, testes operacionais e entrega do sistema em pleno funcionamento. Dessa forma, a obtenção de propostas diretamente de empresas especializadas possibilita a formação de um orçamento estimado compatível com as especificações técnicas exigidas pela Administração e com os preços efetivamente praticados no mercado.

A pesquisa de preços observou os princípios da economicidade, da eficiência, da razoabilidade, da vantajosidade e do planejamento, buscando assegurar que o valor estimado reflita as condições reais do mercado e sirva de parâmetro para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Para a composição do orçamento estimado foram considerados todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo o fornecimento dos equipamentos de áudio, mesa de som, microfones, caixas acústicas, conectores, multicabos, cabeamento, medusas, suportes, materiais complementares, transporte, instalação, montagem, configuração, equalização, testes operacionais, garantia dos



equipamentos e dos serviços executados, bem como todas as demais despesas diretas e indiretas indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Conforme levantamento orçamentário realizado, o valor global estimado da contratação é de R\$ 56.232,58 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme detalhamento constante da planilha orçamentária e do Mapa Comparativo de Preços que integram o presente processo administrativo.

7.1 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMADA

A composição do orçamento estimado encontra-se demonstrada na planilha abaixo, elaborada com base nas especificações técnicas definidas pela Administração e nos preços obtidos durante a pesquisa mercadológica.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	METOD OLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Plug XLR Canon 03 pinos fêmea, solda placa (PCI), 180°, fixação em painel.	20	Média	49,00	980,00
2	Plug Conector XLR tipo fêmea niquelado.	30	Média	51,00	1.530,00
3	Plug Conector XLR tipo macho niquelado.	30	Média	50,33	1.509,90
4	Multicabo de 06 vias para ligações/interligações estéreo, fabricado em liga de cobre OFHC (isento de oxigênio), bitola de 0,20 mm ² (24 AWG), estanhado.	40	Média	58,00	2.320,00
5	Cabo de áudio estéreo tipo Philips, impedância de 50 Ohms, blindagem trançada, bitola de 2 x 0,18 mm ² .	200	Média	10,00	2.000,00
6	Microfone de mesa Gooseneck CSR D-48, tipo Condenser, padrão polar cardioide, sensibilidade -40 (+2 dB), resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, impedância de 75 Ohms, alimentação 3 Vdc (2 pilhas AA) ou Phantom 48 V, tamanho 46 cm, peso 1,18 kg.	16	Média	975,00	15.600,00
7	Caixa acústica ativa vertical com suporte de parede vertical 404X, cor preta, potência RMS 120 W (4 Ohms), potência musical 240 W, 4 alto-falantes de 4", 1 driver de titânio, resposta de frequência de 100 Hz a 18 kHz, ângulo de cobertura 60° x 60°, impedância nominal de 4 Ohms.	6	Média	3.617,67	21.706,02
8	Medusa em metal com 6 furações XLR (sem conectores) para multicabo e 1 prensa-cabo em nylon.	1	Média	368,33	368,33



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

A Casa do povo icôndense

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	METODOLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
9	Console de mixagem com 24 canais, 24 entradas de insert, entradas para microfone e linha, equalização por canal, saídas principais +4 dBu, saída máxima 22 dBu, resposta de frequência conforme especificação técnica.	1	Média	10.218,33	10.218,33
TOTAL GERAL					R\$ 56.232,58

Observação: A planilha orçamentária detalhada, contendo a descrição individualizada de todos os equipamentos, materiais, acessórios, quantitativos, valores unitários e valores totais, integra o presente processo administrativo, constituindo parte integrante deste Termo de Referência para todos os fins de direito.

7.2 METODOLOGIA DE DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos previstos para a presente contratação foram definidos mediante levantamento técnico realizado pela Câmara Municipal de Icó/CE, considerando as características físicas do Plenário, a infraestrutura existente, a disposição dos ambientes, o número de pontos de utilização do sistema de sonorização, as necessidades operacionais das sessões legislativas e demais eventos institucionais, bem como os requisitos técnicos indispensáveis ao adequado funcionamento da solução.

A definição dos quantitativos observou critérios de dimensionamento técnico, compatibilidade entre os equipamentos, cobertura sonora dos ambientes, capacidade operacional da mesa de som, quantidade de posições de utilização de microfones, necessidade de distribuição adequada dos pontos de áudio, extensão da infraestrutura de cabeamento e demais componentes necessários à perfeita integração do sistema.

Os quantitativos constantes da planilha orçamentária foram estabelecidos de forma suficiente para atender às necessidades atuais da Câmara Municipal, evitando tanto o subdimensionamento quanto o superdimensionamento da solução, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, da razoabilidade, do planejamento e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ressalta-se que a definição dos equipamentos, materiais e respectivas quantidades decorre de critérios exclusivamente técnicos, destinados a assegurar o adequado desempenho, a confiabilidade operacional, a qualidade da reprodução sonora e a durabilidade da infraestrutura de sonorização, não havendo qualquer direcionamento a fabricante, marca ou fornecedor específico, preservando-se integralmente os princípios da isonomia e da ampla competitividade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**8. PRAZO DE VIGÊNCIA E PERIODICIDADE**

O prazo de vigência do contrato será de 4 (**quatro**) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, período suficiente para contemplar a execução integral do objeto, o recebimento definitivo, a garantia contratual e o acompanhamento das obrigações assumidas pela contratada.

O prazo para entrega, instalação, montagem, configuração, testes operacionais e disponibilização integral do sistema de sonorização será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Icó/CE, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração, na forma da legislação vigente.

A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais, acessórios, conectores, cabeamentos e demais componentes necessários à perfeita execução da solução, realizando a instalação completa do sistema, sua configuração, equalização, testes operacionais e entrega em pleno funcionamento, sem qualquer custo adicional para a Administração.

Concluída a instalação, será realizado o **Recebimento Provisório**, oportunidade em que a fiscalização verificará a conformidade quantitativa dos equipamentos fornecidos, sua instalação física e o atendimento preliminar às especificações previstas neste Termo de Referência.

Após a realização dos testes operacionais, da verificação da compatibilidade entre todos os equipamentos, da comprovação do perfeito funcionamento do sistema e da inexistência de pendências técnicas, será emitido o **Recebimento Definitivo**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Caso sejam constatadas falhas, defeitos, incompatibilidades técnicas ou qualquer desconformidade em relação às especificações contratadas, a contratada deverá promover, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela fiscalização, todas as substituições, correções, ajustes ou complementações necessários, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Durante o período de garantia contratual, a empresa permanecerá responsável pela correção de defeitos de fabricação, falhas decorrentes da instalação ou qualquer vício que comprometa o adequado



funcionamento do sistema de sonorização, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Icó/CE, consignados no orçamento vigente, observadas as dotações destinadas à manutenção das atividades administrativas do Poder Legislativo Municipal.

Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de equipamentos permanentes com serviços acessórios de instalação, a despesa será classificada na dotação orçamentária correspondente e no elemento de despesa compatível com a aquisição de equipamentos e material permanente, observando a classificação orçamentária vigente adotada pela Administração.

Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Caso haja necessidade de adequação da classificação orçamentária em razão das especificidades contábeis adotadas pela Câmara Municipal, será observada a codificação prevista na legislação orçamentária vigente e nas orientações do setor de contabilidade.

A execução da despesa ficará condicionada à existência de prévia dotação orçamentária, disponibilidade financeira e regular processamento da despesa pública, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Icó/CE após a entrega integral dos equipamentos, conclusão dos serviços de configuração, testes operacionais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada da documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.



O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da documentação fiscal regular, mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada.

A liberação do pagamento ficará condicionada à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente quanto à conformidade dos equipamentos fornecidos, qualidade da instalação, funcionamento do sistema, atendimento às especificações técnicas e apresentação dos documentos de garantia.

Na hipótese de serem identificadas irregularidades na execução contratual, divergências nas especificações técnicas, defeitos nos equipamentos ou inconsistências na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento ficará suspenso até a completa regularização das pendências pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar pendência decorrente de inadimplemento contratual, aplicação de penalidade administrativa ou descumprimento de obrigações assumidas pela contratada, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

II. DA FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Câmara Municipal de Icó/CE, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar todas as etapas da execução, desde o recebimento dos equipamentos até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

A fiscalização verificará o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, observando especialmente a conformidade dos equipamentos fornecidos, a qualidade dos materiais empregados, a correta instalação da infraestrutura de sonorização, a compatibilidade entre os componentes do sistema, a realização dos testes operacionais e o atendimento integral às especificações constantes deste Termo de Referência.

Compete ao fiscal do contrato, entre outras atribuições:

- acompanhar a entrega, instalação e configuração dos equipamentos;
- verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos equipamentos fornecidos;
- acompanhar a realização dos testes operacionais e validar o pleno funcionamento do sistema;



- solicitar correções, ajustes, substituições ou complementações sempre que identificadas inconformidades;
- registrar ocorrências relacionadas à execução contratual em instrumento próprio;
- atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto;
- conferir e atestar as notas fiscais para fins de pagamento;
- comunicar à autoridade competente quaisquer descumprimentos contratuais, propondo a adoção das medidas administrativas cabíveis.



A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela qualidade dos equipamentos fornecidos, pela correta execução da instalação, pela segurança dos serviços executados e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo a contratada responsável por quaisquer defeitos, vícios, falhas ou danos decorrentes da execução do objeto, independentemente da fiscalização exercida pela Administração.

12. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto da presente contratação será recebido em conformidade com o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as etapas de recebimento provisório e definitivo, mediante verificação do atendimento integral das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora.

12.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou pela comissão designada pela Administração, após a conclusão da entrega dos equipamentos, da instalação, montagem, configuração, interligação, equalização e realização dos testes iniciais de funcionamento do sistema de sonorização.

Nesta etapa será verificado, entre outros aspectos:

- a conformidade quantitativa dos equipamentos entregues em relação à proposta contratada;
- a integridade física dos equipamentos, acessórios e materiais fornecidos;
- a correta instalação dos equipamentos e da infraestrutura de cabeamento;
- o atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- a apresentação dos manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos fornecidos pelos fabricantes.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto nem exonera a contratada das responsabilidades assumidas, permanecendo sujeita à verificação do perfeito funcionamento do sistema.



12.2 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a realização dos testes operacionais, verificação da estabilidade do sistema, validação da qualidade da reprodução sonora e comprovação do pleno funcionamento de todos os equipamentos instalados, mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização contratual.

Somente será considerado definitivamente recebido o objeto que atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, apresentando funcionamento adequado, perfeita integração entre todos os equipamentos e pleno atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Icó/CE.

12.3 Correção de Irregularidades

Caso sejam constatados defeitos, falhas, avarias, incompatibilidades técnicas, divergências quantitativas ou quaisquer desconformidades em relação às especificações contratadas, a Administração notificará formalmente a contratada para que promova, às suas expensas, a substituição dos equipamentos, correção da instalação, realização dos ajustes técnicos ou demais providências necessárias, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, ou outro prazo tecnicamente justificado e fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará condicionada à completa eliminação das irregularidades eventualmente verificadas.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e legal da contratada pela qualidade dos equipamentos fornecidos, pela correta execução da instalação, pelo perfeito funcionamento do sistema e pela garantia contratual, permanecendo responsável pela reparação de vícios, defeitos ou falhas constatados durante o período de garantia, na forma da legislação vigente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente contratação tem por finalidade promover a modernização da infraestrutura de sonorização da Câmara Municipal de Icó/CE, mediante o fornecimento de equipamentos de áudio de qualidade, acompanhados dos respectivos serviços de instalação, configuração, testes operacionais e garantia, contribuindo para o aprimoramento das atividades legislativas, administrativas e institucionais desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

A casa do povo icóense

A solução contratada proporcionará maior qualidade na captação, processamento e reprodução do áudio durante as sessões plenárias, audiências públicas, reuniões das comissões, solenidades e demais eventos oficiais, fortalecendo a transparência dos atos legislativos, a comunicação institucional e as condições de trabalho de vereadores, servidores e colaboradores.

A execução contratual deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, as disposições constantes da proposta vencedora, as normas técnicas aplicáveis ao fornecimento e instalação de sistemas profissionais de sonorização, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência, razoabilidade e interesse público previstos na Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Os casos omissos ou as situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, observando-se a legislação vigente, os princípios gerais do Direito Administrativo, as cláusulas contratuais e as orientações dos órgãos de controle, sempre com vistas à preservação do interesse público e à adequada execução do objeto contratado.

Diante dos estudos realizados na fase preparatória, das justificativas técnicas apresentadas, da disponibilidade da solução no mercado, da compatibilidade orçamentária e da demonstração da vantajosidade para a Administração Pública, conclui-se que a presente contratação mostra-se tecnicamente adequada, administrativamente necessária, economicamente vantajosa e plenamente alinhada ao interesse público, razão pela qual recomenda-se o prosseguimento do procedimento licitatório para a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

ICÓ/CE, em 22 de julho de 2026.

RESPONSÁVEL

MARCONIER CHAGAS MOTA

Ordenador de despesas da Câmara Municipal de Icó/CE

**ANEXO II
MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS****A CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ-CE**

Ao setor de _____

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

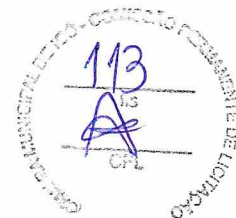
Fone:

Representante:

Cargo:

E-mail:

Tel:



Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas, nossa proposta para o objeto da Dispensa de Licitação nº. _____, com o PREÇO GLOBAL de R\$ _____.
(_____).

OBJETO: _____.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	XXXX	XX	SERVIÇO	R\$	R\$
VALOR ESTIMADO					R\$

VALOR GLOBAL: R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).**Prazo de Entrega:** Conforme Termo de Referência.**A proposta terá validade por 60 (sessenta) dias.**

_____/CE, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025

Responsável Legal

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____

sediada. _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Dispensa de licitação n° _____ instaurado pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó - CE que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n° 9854, de 27.10.99.

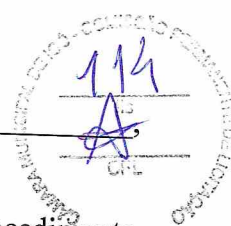
Nome da empresa), CNPJ / MF n°, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Dispensa de licitação, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO Nº XXXX/202X - DL
CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)****QUE FAZEM ENTRE SI A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXX, Icó-CEP: 63430-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.537.196/0001-71, representado por seu Ordenador de Despesas o Sr. XXXXXXXXXXXX, infra-firmado, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, XXXXXXXXXXXX, com endereço à XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, neste ato, representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF XXXXXXXX, ao fim assinado(a), doravante denominada de CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXX - DL e em observância às disposições do Art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021 resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de
XX
XX
nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **10 (meses)** contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

O valor total da contratação é de R\$ (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/PAGAMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND	VLR MENSAL	VLR TOTAL
1	XXXXXXXXXX	XX	XX	R\$	R\$

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Justificamos a não adoção do Cartão de Pagamento previsto no art. 75, § 4º, da Lei nº 14.133/21, como meio preferencial para pagamento, haja vista a ausência de regulamentação municipal sobre a matéria, e pela ausência de operacionalização de tal sistemática pelas instituições financeiras legalmente estabelecidas na sede na Câmara Municipal de Icó/CE.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

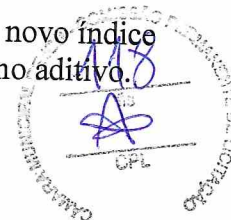
No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.



CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);



Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos; Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021; Quando não for possível a verificação da regularidade junto aos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins

9.6 comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.7 É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.8 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.9 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.10 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



9.11 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa**:



- (1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dias) dias;
- (2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. Na dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

A casa do povo icóense

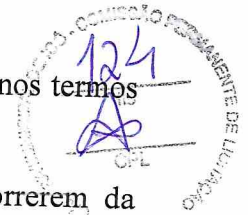
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É eleito o Foro da Comarca de Icó/Ce para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2



ICÓ/CE, XX de XXXXXXXX de XXXX

ORDENADOR de Despesas xxxxx

xxxxxxx

CONTRATANTE_____
XXXXXXXXXXXXX

CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA**TESTEMUNHAS:**

1. _____

CPF:

2- _____

CPF: